

ANA PAULA HNEDA KOLTUM

**O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO: UMA PRÁTICA DE
REPENSAR A REALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: Maurício Cesar Vitória Fagundes.

MATINHOS

2011

O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO: UMA PRÁTICA DE REPENSAR A REALIDADE

Ana Paula Hneda Koltum¹;

Maurício Cesar Vitoria Fagundes²

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar as representações a cerca do currículo, dos professores e equipes pedagógicas que atuam nas escolas do campo. O mesmo pontua elementos que fomenta o debate sobre o currículo na Educação do Campo. Para tanto tomamos como referência de análise a pesquisa qualitativa, fundamentada em referencial teórico metodológico que contempla as políticas e ações para a Educação do Campo ao longo da história da educação no Brasil. Esta pesquisa desenvolveu-se através de entrevistas com educadores e educadoras das escolas localizadas na área rural do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, a partir de suas vivências quanto ao currículo da escola do campo. Para compreender as representações sociais dos professores, utilizamos um questionário com perguntas abertas. Os primeiros dados desse estudo apontam, para a necessidade de repensar o currículo padronizado e elitista existente hoje e proposto para as escolas urbanas, que é reproduzido pelas escolas do campo sem preocupação com os interesses, cultura, conhecimentos e necessidades dos alunos das escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do campo, currículo, experiência pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata da análise do currículo na perspectiva da Educação do Campo nas escolas do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, no Paraná.

¹ Pedagoga; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral) e Técnica Pedagógica do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, E-mail: pkoltum@yahoo.com.br

² Professor orientador da UFPR.

Resultou de uma pesquisa realizada junto aos educadores, educadoras e equipes pedagógicas que atuam nas escolas do campo e suas experiências com relação ao currículo hoje adotado por estas instituições.

Através da pesquisa buscou-se apontar elementos que permeiam a prática educativa das escolas do campo, apontando as peculiaridades e especificidades que precisam ser pensadas ao se propor um currículo para as essas escolas.

Se a Educação do Campo existe em uma realidade própria, as atividades desenvolvidas e o papel delas na construção do conhecimento possuem uma relação e uma expressão nítida de atividades dessa própria realidade. Ela visa o rompimento da dependência, ao domínio do “novo”, à geração de mudanças, ao movimento de valorização do mundo rural e ao momento da criação do “envolvimento” da escola com sua realidade de inserção. Criam-se, assim, os elementos que induzem à gênese de novos padrões de eficiência, objetivando ações de desenvolvimento local, integrando o ser humano e natureza.

Para isso a escola do campo precisa romper com o modelo tradicional de instituição que está organizada apenas como local de transmissão de conhecimentos teóricos, e assumir-se como verdadeiro centro de formação humana. O currículo passa, então, a ser entendido não mais como um rol de conteúdos ou disciplinas a serem cumpridas, mas como instrumento que traz as dimensões do trabalho educativo em toda a sua diversidade, constituído de elementos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade.

Ao longo do trabalho buscamos apresentar o contexto atual em que estão inseridas as escolas do campo do núcleo de Ivaiporã, as perspectivas pedagógicas e princípios de educação e de educação do campo que norteiam as ações dos docentes.

Aos olhos dos educadores e educadoras que atuam hoje nas escolas do campo no NRE, é necessário não só repensar o currículo, como também ampliar as discussões a respeito das concepções presentes na Educação do Campo, através da ampliação das formações continuadas. Além disso, é preciso rever os conteúdos

curriculares propostos às diferentes modalidades de ensino, buscando articular o conhecimento científico com os conhecimentos dos sujeitos do campo, de modo a valorizar e incentivar a permanência no campo.

Com base nesses elementos apontados durante a pesquisa desenvolvemos neste texto uma fundamentação com aspectos, conceitos e discussões significativas referente às questões da educação do campo que ocorreram e ainda ocorrem no Brasil. A fundamentação teórica possibilitou a compreensão das necessidades apresentadas pelos entrevistados, como também perceber que a discussão de currículo vai além do simples elencar de disciplinas e conteúdos.

O currículo das escolas do campo deve apresentar como eixo articulador o diálogo com o modo de vida do campo e educar para a transformação social e emancipação dos sujeitos.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A pesquisa teve como foco as escolas do campo do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, tendo como público alvo os educadores e educadoras que atuam nestas instituições. Situada no norte do estado do Paraná, Ivaiporã é a cidade sede da regional de educação, vinculada a Secretaria de Estado da Educação e possui sob sua jurisdição 14 municípios, todos rurais. Ao todo são 52 escolas mantidas pelo governo estadual, e atendidas pelo NRE de Ivaiporã.

Do total de escolas atendidas pelo núcleo regional, cinquenta por cento localizam-se nas áreas rurais dos municípios, e atendem unicamente alunos que residem no campo. Das escolas situadas nas cidades, todas recebem educandos que também residem no campo. Esses jovens e crianças são obrigados a frequentar as escolas da cidade, pois as escolas de suas comunidades foram fechadas, num processo de urbanização da educação ocorrida na década de 90.

Ao depararmos com essas características das instituições do núcleo de Ivaiporã, surgiu-nos uma preocupação com relação a concepção e organização dos

conhecimentos das escolas “tidas” (percebe-se que ainda poucas instituições são realmente vivenciadas) como do campo. A sistematização dos conhecimentos escolares são expressos através do currículo, que é um instrumento onde se define um conjunto de conhecimentos compartimentados em campos disciplinares que devem permear o processo educativo.

Para investigar e levantar os principais elementos e concepções que permeiam o currículo das escolas do campo atualmente. Foram ouvidos relatos de cinquenta professores que atuam nas escolas estaduais situadas no campo e dez representantes das equipes pedagógicas de diferentes instituições, localizadas em acampamentos e assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), terras indígenas, comunidades de pequenos agricultores, comunidade ribeirinha e Casas Familiares Rurais.

Entre os pontos diagnosticados estão os apontamentos por parte dos educadores e educadoras das especificidades da educação do campo, características do currículo presente nas instituições onde atuam, dificuldades em relação ao trabalho e elementos que precisam ser considerados para a reorganização do currículo pensado a partir da realidade da escola inserida no campo.

Analisando as respostas dos educadores, percebe-se que antes de se propor uma discussão a cerca dos elementos fundamentais para um currículo da escola do campo, é necessário abordar outros pontos: concepção atual de educação do campo e diferenciação entre educação rural e educação do campo e conceito de currículo.

2.1 Educação Rural x Educação do Campo: concepções e perspectivas.

Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos

preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações (Caldart, 2000, p. 94).

A análise dos apontamentos realizados pelos educadores e educadoras - das escolas do campo – sujeitos desta pesquisa, revelou que grande parte destes não possuem claro a distinção entre escola rural e escola do campo. Um número considerável destes profissionais fez parte da escola rural, seja como aluno ou já atuando no início da carreira e ainda tem como concepção de escola no campo o ensino presente no Brasil a partir da década de 50.

Nesse período as escolas rurais passaram por uma grande mudança. Até então a função da escola rural era tirar o homem do campo do atraso e da ignorância, de modo que o campo voltasse a se desenvolver e produzir. Com a preocupação do governo de manter o homem no meio rural para evitar o aumento migratório para as cidades e o conflito social, as escolas rurais incorporaram uma matriz curricular urbanizada e industrializada, voltada a atender os interesses da elite brasileira.

De forma geral, a escola era compreendida como lugar da "contra-educação rural", pautada em apenas instruir o homem do campo, para ler, escrever e contar. Essa idéia de instrução do trabalhador nos remete a uma ideologia de que o sujeito da roça não precisa estudar, pois, trabalhar com a enxada, por exemplo, requer apenas esforço físico, não precisaria raciocinar, refletir, questionar, mas somente manusear os instrumentos e saber utilizar a terra adequadamente.

Essa visão de que o campo é um lugar de "atraso" ainda está muito presente, pois, em algumas falas dos professores entrevistados, há o discurso de que "o jovem do campo tem o direito de ter os mesmos conhecimentos (conteúdos) do que o jovem da cidade, pois na sua maioria esses alunos acabarão indo embora para a cidade em busca de uma vida melhor". Falta a esses educadores (alguns com pouca experiência na docência), um conhecimento mais aprofundado do que é a educação do campo e suas lutas.

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (Caldart, 2004).

A Educação do Campo é compreendida ao mesmo tempo como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

Ao valorizar a cultura dos sujeitos do campo, a educação do campo não nega a importância dos conhecimentos do meio urbano, e nem a necessidade de se fazerem conhecer pelos educandos do campo. Porém, trabalhar o contexto da cidade não significa que obrigatoriamente o jovem deixará seu meio e migrará, num futuro próximo para a cidade. O campo e a cidade são dois pólos de um *continuum*, duas partes de um todo, que não podem se isolar, mas, antes de tudo, articulam-se, completam-se e se alimentam mutuamente.

2.2 O currículo e a escola do campo: questões pedagógicas.

Antes de apresentar pontualmente elementos que, segundo os educadores e educadoras das escolas do campo do NRE de Ivaiporã, devem fazer parte do

currículo pensado para a realidade da escola do campo, é necessário esclarecer algumas questões pertinentes a respeito do currículo e sua concepção.

O que observou-se é que existe, por parte de alguns professores, a crença equivocada de que o currículo seja um “documento” onde estão listados os conteúdos das diferentes disciplinas a serem ensinados ao alunos. Para, além disso, esses profissionais não acreditam ser necessário pensar um currículo diferenciado para a escola do campo, pois os “conteúdos” são pré estabelecidos e não podem ser alterados, ou ainda que, alterar o currículo terá como consequência o “afastamento do aluno do campo da realidade vivenciada na cidade”,

É significativo, pois, definirmos currículo:

“o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas” (apud Sacristán, 1998, p. 14).

O currículo não pode ser associado a apenas um documento didático, seu aspecto é bem maior e abrange uma série de elementos do âmbito educacional e social simultaneamente, essa relação significa uma organização das experiências humanas em prol da prática educativa.

Ainda com relação à definição, “*currículo nos níveis de educação obrigatório, pretende refletir o esquema socializador, formativo e cultural que a instituição escolar tem.*” (Sacristan, 2000). Ou seja, não é possível concebê-lo apenas como um documento que organiza as atividades do professor, como um mero plano de trabalho. O currículo está além da necessidade de se relacionar os conteúdos, métodos de ensino e avaliação. Ele é um instrumento que possibilita pensar a prática considerando o sujeito que aprende, seus conhecimentos, o meio onde está inserido, sua cultura, seus valores.

Para que o currículo se configure como instrumento que viabilizaria as práticas pedagógicas coerentes as realidades dos coletivos do campo, é necessário:

Incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para a produção e o trabalho, os saberes que preparam para a emancipação, para a justiça,

os saberes que preparam para a realização plena do ser humano como humano. (Pacheco, 2005:82-83).

A diversidade assume, portanto princípio fundamental, onde se entende que a característica da Educação do Campo tem como eixo norteador os interesses coletivos emergindo das demandas da realidade dos camponeses. A escola é o lugar onde esses interesses são articulados aos conhecimentos científicos que busca fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, como pontua Caldart:

uma escola do Campo não é afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (2004:110).

Tendo como referência os apontamentos de Caldart é pertinente considerar neste momento as falas dos professores e os elementos por eles apontados como fundamentais para a reorganização do currículo das escolas do campo. Utilizamos o termo reorganizar, pois muitos elementos já presentes no currículo que vem sendo trabalhado não podem deixar de acontecer. Estes referem-se sobretudo a estrutura histórica das disciplinas e a distribuição da carga horária dentro da matriz curricular.

O que foi apontado por cerca de 50 por cento dos educadores e educadoras entrevistados são elementos que dizem respeito à cultura e o ambiente social dos educandos, sobre a necessidade de se pensar a educação dos sujeitos do campo a partir do campo. Isso se observa na fala dessa educadora:

P1: É preciso que se reconheça o espaço do campo como espaço de vida e de trabalho. Que os sujeitos que ali vivem, produzem saberes e culturas e que estas precisam estar no dia a dia da escola. É preciso que os conteúdos contemplem para além da educação como modelo urbano.

O que essa educadora propõe é que a escola do campo se organize a partir da identidade dos sujeitos sociais do campo em sua diversidade que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, conforme posto pela Resolução

CNE 01 de 2001. Reconhecer essa diversidade torna-se fundante para reivindicação de políticas educacionais e elaboração das diversas práticas educativas.

Outro educador ressalta que a qualidade em educação no campo está para além dos conteúdos, está nas especificidades do que será trabalhado:

P2: A preocupação com a qualidade do ensino no meio rural implica na oferta de conteúdos que, além de terem caráter universal, sejam contextualizados segundo as especificidades da realidade do campo, valorizando a cultura local e proporcionando aos alunos acesso e continuidade nos estudos, permitindo a ampliação da cidadania da população do campo.

O relato desse educador está explícito na obra de Paulo Freire na forma de *educação como emancipação humana*. Essa concepção de educação está baseada em conceitos que compreendem que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, gêneros e etnias diferenciadas, e que ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, ao meio ambiente, aos conhecimentos potencializadores de novas matrizes tecnológicas, da produção a partir de estratégias solidárias vão recriando suas pertencas, reconstruindo a sua identidade na relação com a natureza e com sua comunidade. Baseada nessa concepção a educação dos sujeitos do campo não pode estar fundamentada nas especificidades das comunidades urbanas, que possuem outras características e outras expectativas de vida.

Além disso, valorizar o ambiente em que o educando está inserido aumenta o sentimento de pertença que ele possui com a terra, com a sua comunidade. Isso o torna mais comprometido e responsável com o seu meio, e amplia a vontade de permanecer nesse espaço.

Ainda considerando a fala dos educadores e educadoras, é importante ressaltar que há uma preocupação com a questão agrária. Ou seja, a formação dos sujeitos do campo além de considerar a cultura, os valores, os conhecimentos e especificidades das comunidades do campo, precisa também fundamentar-se nas necessidades do homem do campo para seu desenvolvimento sustentável.

Pensando nessa questão os profissionais entrevistados citaram diferentes contextos que precisam ser discutidos e contemplados numa proposta de currículo para a escola do campo. Esses conteúdos específicos estão relacionados principalmente a agricultura familiar de subsistência e sustentável, alternativas de organização dos sistemas de produção, organização da economia agrícola e segurança alimentar, como pode-se observar nas falas que destaco a seguir:

P3: Se faz necessário contemplar assuntos como organização econômica agrícola, concepção, organização e custos dos sistemas de produção, concepção agroecológica, agregação de valor a agroindústria.

P4: O currículo para a escola do campo precisa ser voltado a agricultura familiar, as relações entre o homem do campo e o ambiente em busca da sustentabilidade.

P5: A educação na escola do campo precisa ter como conteúdos a valorização da terra e sua preservação, a alimentação saudável – orgânica, o cultivo da terra, valorização das famílias camponesas, valorização da produção familiar e a conscientização de que o campo ainda é o melhor para eles.

Partindo do pressuposto de que para permanecer no campo não basta apenas vontade, a escola precisa desenvolver questões relacionadas ao trabalho no campo, que auxiliarão a comunidade no seu fortalecimento econômico e social. Esse é um elemento considerado fundamental por grande parte dos educadores entrevistados.

Essas relações econômicas e sociais são vividas e construídas por sujeitos concretos, de diferentes gêneros, etnias, religiões, vinculadas (ou não) a diferentes organizações sociais e diferentes formas de produzir e viver individual e coletivamente. Homens e mulheres que, submetidos a um modelo agrícola hegemônico que se revela a cada dia mais socialmente excludente, ambientalmente insustentável e economicamente seletivo, impõem a necessidade de uma educação que dê conta da compreensão crítica dos mecanismos que o produzem e sustentam,

assim como das possibilidades dos sujeitos de produzirem mudanças nessa dinâmica.

Após apresentarem suas considerações a respeito da especificidade de um currículo para a escola do campo, os educadores e educadoras foram questionados a sobre as dificuldades para implementação desse currículo. Nas respostas, os pontos destacados pelos professores:

P6: Material didático: em geral eles são projetados para o ensino urbano, o que implica em muitas adaptações pelo próprio educador, para que ele possa suprir as necessidades dos alunos das escolas do campo.

P7: Formação continuada: cursos específicos voltados a realidade do campo e preparação para o trabalho do docente e equipes pedagógicas que atuam nas escolas do campo.

P8: Rotatividade de profissionais: a falta de formação e de experiência com a educação do campo é um dificuldade, pois é preciso conhecer a comunidade para poder se trabalhar bem.

O que se percebe claramente é que os docentes, ao serem questionados evidenciam que têm consciência da importância de se pensar um currículo específico para as escolas do campo, porém é preciso garantir as condições para que isso aconteça de maneira eficiente. Ações como a formação continuada, material didático e diminuição da rotatividade dos profissionais nas escolas é fundamental para se estruturar um processo de mudança de currículo.

Não podemos negar que no estado do Paraná muito já se caminhou com relação a esses pontos levantados. A começar pela formação continuada que vem sendo desenvolvida desde 2003 através dos seminários estaduais da educação do campo; constituição de um Departamento na Secretaria de Estado da Educação responsável por coordenar as ações da educação do campo no estado, como também a criação de coordenações regionais com a finalidade de acompanhar as escolas do campo; manutenção, ampliação e reforma das escolas situadas no campo.

Contudo o grande destaque com relação à educação do campo no Paraná dá-se em virtude da aprovação do parecer 1011/2010 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que garante a mudança de nomenclatura das instituições que estão no campo, mas não são reconhecidas como tal. Além disso, com o reconhecimento da identidade das escolas do campo pelo Conselho Estadual de Educação, os estabelecimentos que se incluem nessa definição têm asseguradas as questões pedagógicas como organização do projeto político pedagógico e currículo que contemplem as especificidades do campo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma educação do campo significa pensar em uma escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, obviamente não em nome da permanência, nem da redução destas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver. Isso significa, em última análise, inverter a lógica de que apenas se estuda para sair do campo.

O que estamos vendo é o esvaziamento dos espaços públicos da área rural. Os movimentos sociais em prol do desenvolvimento do campo se contrapõem a isso. O ideal é que possamos ter escolas e profissionais lá no seu espaço de vida. O campo precisa ter sua própria estrutura física e profissional.

O que percebeu-se é que o contexto das escolas do campo imprime uma determinada experiência escolar, influenciado, porém, pelo modelo predominante de currículo padronizado ou modelo de escolarização moderno. É possível detectar nas falas dos educadores e educadoras que o atual modelo padrão do currículo escolar, como referência organizacional homogênea à escolarização para o contexto urbano

e para o campo, tende a suscitar problemáticas político-pedagógicas que precisam ser redimensionadas nas escolas do campo.

As crianças e jovens que tem seus estudos baseados em um currículo urbano são socializadas e incentivadas a se preparar para as questões urbanas, sendo cada vez mais desenraizadas de seus locais de origem, logo o Estado precisa assumir seu compromisso e não se isentar de sua responsabilidade de promover uma educação adequada para as especificidades de seu povo. Aqui falamos de uma educação do campo, uma educação adequada e com qualidade capaz de preparar as pessoas do campo para enfrentarem as situações de vida neste ambiente.

Quando a escola utiliza o currículo através das prescrições política está homogeneizando a aprendizagem, executá-lo desta maneira deixa de ser uma sistematização de experiência para se tornar uma forma empírica de educação, deformando toda a idéia central que *o currículo é um instrumento significativo para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos*, Moreira (2003).

Valorizar os conhecimentos dos povos do campo, sua cultura, seus valores e o trabalho da comunidade onde está inserida a escola, possibilita o rompimento com o currículo padronizado imposto pela cultura dominante desde os primórdios da educação em nosso país. Significa, também, abrir espaço para que os educandos que estão no campo decidam sobre sua permanência ou não no campo. O que não pode acontecer é a escola negar o direito ao conhecimento e torná-lo ineficiente por não estar ligado a realidade dos educandos.

A educação como prática de liberdade torna-se a reflexão crítica e a ação, partes de um projeto social, tornando o político mais pedagógico e o pedagógico mais político, na tentativa de humanização e politização da própria vida, sendo a educação como forma de libertar a sociedade da opressão. Somente no compromisso autêntico e a compreensão crítica de sua condição de oprimido é que temos as forças para construir uma outra pedagogia, outra sociedade. É nesta perspectiva de emancipação do sujeito, que a educação deve ser usada como

prática de liberdade, afinal, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão, como já nos ensinou Paulo Freire.

Referências

ARROYO, M. G. A Educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

BRASIL, Ministério da Educação. Grupo permanente de trabalho de educação do campo. Referências para uma política nacional de educação do campo. Brasília, 2004.

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 01/2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília. CNE, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17^o. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. . Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

MOLINA, Monica Castagna (org). Educação do Campo e Pesquisa: questões para a reflexão. Brasília 2006.



MOREIRA, Antonio Flavio. Currículo na Contemporaneidade: Incertezas e Desafios
Cortez, 2003.

PACHECO, J. A. Escritos Curriculares/ José Augusto Pacheco. – São Paulo: Cortez,
2005.

SACRINTÁN, G. J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed,
2000.